

Enquanto mundo tenta conter a ômicron, Bolsonaro fará MP contra passaporte da vacina

O presidente Jair Bolsonaro (PL) pretende enviar uma Medida Provisória (MP) ao Congresso Nacional a fim de restringir ao governo federal a decisão pela obrigatoriedade do passaporte da vacina contra a covid-19. O anúncio foi feito neste domingo (5), em Brasília.

“Tem uns itens [na lei] que falam das medidas a serem adotadas por qualquer agente sanitário, estado e município. Quero trazer para agente federal. Por mim, vacina é opcional. A lei era da pandemia, não falava de vacina ainda”, afirmou Bolsonaro

O presidente se referia à Lei 13.979, sancionada em fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. O trecho específico citado por Bolsonaro permite aos agentes de saúde locais, nos âmbitos estadual e municipal, a adoção de medidas profiláticas, como a vacinação.

A legislação estabelece que “para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”, poderá ser adotada, entre outras medidas, “a determinação de realização compulsória de vacinação e outras medidas profiláticas”.

Bolsonaro disse que poderia “partir para uma vacinação obrigatória, mas jamais faria isso porque, apesar de vocês não acreditarem, eu defendo a verdade e a democracia. Agora, não pode dar para prefeitos e governadores essa liberdade. Sei que a maioria não está adotando isso, mas tem alguns que já estão ameaçando, ameaçando demissão”.

A exigência do passaporte vacinal está vigente em pelo menos 16 capitais do país, de acordo



com um levantamento feito pelo G1: Brasília, Cuiabá, Florianópolis, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, Palmas, Porto Velho, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Teresina.

Variante ômicron

Algumas autoridades passaram a exigir o comprovante para o acesso a alguns espaços dos municípios após a descoberta da variante ômicron, identificada pela primeira vez por cientistas da África do Sul. Descobriu-se depois que a nova cepa já havia sido encontrada em infectados da Holanda.

Hoje ainda não dá estudos concretos sobre os riscos apresentados pela ômicron, mas é de conhecimento que a nova variante possui uma quantidade expressiva de mutações e que tem chances elevadas de ser mais transmissível do que as outras.

No dia 12 de novembro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) enviou um pedido ao governo federal a fim de determinar o comprovante de vacinação para a entrada de passageiros vindos do exterior no Brasil. A solicitação, no entanto, até o momento não foi atendida pelo capitão reformado.

Diante da postura negacionista do governo, o partido Rede Sustentabilidade entrou com uma

ação no Supremo Tribunal Federal (STF) cobrando a exigência do comprovante. “O governo federal vem, mesmo nos momentos de maior crise, menosprezando os controles fronteiriços recomendados pelos órgãos técnicos e adotados pelos demais países que tiveram sucesso no controle da pandemia, especialmente no que tange às viagens aéreas”, defende a sigla na ação.

“Certamente, não se quer que o número de mortes causado pela variante delta em território brasileiro, responsável por um cenário apocalíptico na cidade de Manaus, se repita com a nova variante recém-descoberta na África do Sul.”

Vacinas salvam vidas

Um estudo feito pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), a pedido do UOL, mostrou que oito a cada 10 pessoas que morreram por covid-19 no Brasil não tomaram nenhuma dose de vacina contra a doença.

Desde março deste ano, quando a segunda dose começou a ser aplicada, a quantidade de óbitos diminuiu em 94%. De 306.050 brasileiros que faleceram devido à doença, 243 mil não tomaram nenhuma dose. O número representa 79,7% dos óbitos.

Fonte: CUT

Investimento em rodovias é o menor desde 1995 e condição da malha preocupa

O ano de 2021 registrou o menor volume de investimentos em rodovias federais desde 1995, início da série histórica que compõe a pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) sobre a situação da malha rodoviária, divulgada nesta quinta-feira (2).

O volume de investimentos registrados até outubro deste ano é de R\$ 4,16 bilhões dos R\$ 5,8 bilhões previstos no orçamento para o setor. Mesmo que o orçamento seja plenamente executado até o final de dezembro, o valor ficará aquém ao registrado em anos anteriores.

De acordo com o documento, os recursos autorizados para investimentos no modal rodoviário tiveram seu auge em 2012, com aporte R\$ 31,44 bilhões. Já o maior montante efetivamente investido para manutenção e melhoria das rodovias brasileiras ocorreu em 2011, com repasse de R\$ 19,93 bilhões.

O conteúdo deste texto foi publicado antes no Congresso em Foco Insider, serviço exclusivo de informações sobre política e economia do Congresso em Foco. Para assinar, entre em contato com comercial@congressoemfoco.com.br.

O investimento afeta diretamente a qualidade das rodovias brasileiras e o observado a partir da pesquisa é uma situação considerada preocupante. A pesquisa da CNT avaliou as condições de pavimento, sinalização e geometria das vias e, da extensão total avaliada, 61,8% (67.476 quilômetros) tem seu estado geral classificado como regular, ruim ou péssimo. Apenas 38,2% (41.627 quilômetros), figuram como ótimo ou bom.

Concessões

O estudo analisou rodovias estaduais e concedidas à iniciativa privada. Comparativamente, as rodovias sob concessão apresentam melhores resultados. Destas, 74,2% da extensão avaliada apresentaram condições satisfatórias de qualidade e foram classificadas como ótimo ou bom. Já 25,8% estão em situação regular, ruim ou péssimo.

Já nas rodovias sob gestão pública a situação é inversa – 28,2% da extensão avaliada foram classificadas como ótimo ou bom e, em 71,8% regular (43,0%), ruim (20,1%) ou péssimo (8,7%) em seu estado geral.

O estudo cita que a agenda de Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), que realiza a concessão das estradas, existem 14 projetos aguardando a assinatura dos contratos.

“Somados todos os projetos em andamento com data de previsão, espera-se que sejam concedidos cerca de 24.499,4 quilômetros entre trechos novos e relicitações até o final do segundo semestre de 2023, mais do que o dobro da extensão atualmente concedida em rodovias federais, de acordo com o Sistema Nacional de Viação”, pontua o relatório.

No entanto, os técnicos apontam que a concessão das vias por si não bastam, uma vez que o maior volume de rodovias brasileiras permanece na iminência de investimentos públicos.

Eles projetam que para a reconstrução e restauração das vias danificadas ou não asfaltadas, estima-se um investimento total de R\$ 62,9 bilhões, a preços de outubro de 2021. Já para a manutenção dos trechos desgastados, o custo estima-

do é de R\$ 19,6 bilhões.

“Fica evidente que existe uma diminuição progressiva dos recursos investidos pelo poder público. A continuidade desse processo é preocupante, uma vez que a gestão de toda a infraestrutura rodoviária sob poder público ainda deve ser feita e demanda recursos tanto para a sua manutenção rotineira quanto para sua expansão. A permanência dessa situação impacta diretamente na qualidade das estradas”, diz o relatório.

Rodovias não pavimentadas

O CNT aponta ainda que o percentual de estradas não pavimentadas é predominante, representando 78,5% do total de toda a malha rodoviária do país. Além disso, a quantidade de trechos pavimentados também cresce lentamente. No período de 2010 a 2020 houve o asfaltamento de 9,1% de novas vias, o que corresponde a um crescimento médio de 0,87% ao ano.

Entretanto, o indicador de densidade que evidencia que há poucos trechos pavimentados no Brasil, em média, em relação à sua área total. Isso faz com que em algumas regiões seja preciso realizar uma quantidade muito significativa de deslocamentos em trechos não pavimentados ou percorrer uma maior extensão em vias pavimentadas para se chegar ao destino.

Tal cenário deixa o Brasil está atrás de países com extensão territorial semelhante como China, Estados Unidos, Rússia e Canadá, mas igualmente em desvantagem em relação aos vizinhos Equador, Uruguai e Argentina.

Fonte: Congresso em Foco